

Alfabetização, Letramento e Identidade Camponesa em Livros Didáticos de Língua Portuguesa

Literacy, Literacy, and Peasant Identity in Portuguese Language Textbooks

Alfabetización, alfabetización e identidad campesina en los libros de texto de lengua portuguesa

Gleiciene Moreira de Souza  

Universidade do Estado da Bahia

Iure Dourado Coelho  

Universidade do Estado da Bahia

Edna Souza Moreira  

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

As práticas de Alfabetização e Letramento efetivadas na Educação do Campo devem ser contextualizadas, significativas e ancoradas na valorização do Campo como um espaço de vida e de direitos. Sob esse prisma, este estudo objetiva analisar as propostas de Letramento apresentadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa, utilizados em turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, em uma Escola do Campo de Bom Jesus da Lapa - BA. Para tanto, foi realizado um Estudo de Caso, com Abordagem Qualitativa, materializado por meio de uma Pesquisa Documental. Os livros foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). O estudo conclui que há lacunas significativas nas obras analisadas, como a predominância de práticas meramente alfabetizadoras e descontextualizadas e a ausência de referências aos modos de vida dos povos do Campo – o que sinaliza entraves na efetivação da educação de qualidade em comunidades camponesas.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação do Campo. Identidade Camponesa. Letramento. Livro Didático.

Abstract

Literacy and Language Development practices implemented in rural education must be contextualized, meaningful and anchored in the appreciation of the countryside as a space for life and rights. From this perspective, this study aims to analyze the Language Development proposals presented in Portuguese Language textbooks, used in classes from the 1st to the 5th year of Elementary School, in a Countryside School in Bom Jesus da Lapa - BA. To this end, a Case Study was carried out, with a Qualitative Approach, materialized through Documentary Research. The books were analyzed using Content Analysis by Bardin (2016). The study concludes that there are significant gaps in the textbooks analyzed, such as the predominance of merely literacy-based and decontextualized practices and the absence of references to the ways of life of rural people – which indicates obstacles to the implementation of quality education in rural communities.

Keywords: Literacy. Rural Education. Peasant Identity. Language Development. Textbooks.

Resumen

Las prácticas de alfabetización y desarrollo del lenguaje implementadas en la educación rural deben estar contextualizadas, ser significativas y basarse en la apreciación del campo como un espacio para la vida y los derechos. Desde esta perspectiva, el presente estudio tiene como objetivo analizar las propuestas de desarrollo del lenguaje presentadas en los libros de texto de lengua portuguesa, utilizados en las clases del 1.º al 5.º año de la escuela primaria, en una escuela rural de Bom Jesus da Lapa (Bahía). Para ello, se llevó a cabo un estudio de caso, con un enfoque cualitativo, materializado a través de una investigación documental. Los libros se analizaron utilizando el análisis de contenido de Bardin (2016). El estudio concluye que existen lagunas significativas en los libros de texto analizados, como el predominio de prácticas meramente alfabetizadoras y descontextualizadas y la ausencia de referencias a las formas de vida de la población rural, lo que indica obstáculos para la implementación de una educación de calidad en las comunidades rurales.

Palabras clave: Alfabetización. Educación rural. Identidad campesina. Desarrollo del lenguaje. Libros de texto.



1. INTRODUÇÃO

Os processos de escolarização das populações camponesas tendem a ser marcados por percalços específicos, relacionados principalmente à não inclusão de seus modos de vida, anseios e necessidades nas propostas pedagógicas e curriculares. No âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental, importante etapa de contato das/os estudantes com práticas escolares voltadas à Alfabetização e ao Letramento, a incidência de entraves como o “Paradigma Urbano da Educação” (Arroyo, 2007) pode resultar em experiências formativas frustrantes, descontextualizadas e danosas às identidades e ao desenvolvimento desses sujeitos. Nesse contexto, é fundamental que as propostas curriculares e os aparatos didático-pedagógicos contemplem as especificidades da Educação do Campo e forneçam subsídios para a construção identitária, mediante à leitura da palavra e do mundo, como ansiava o mestre Paulo Freire (2008).

A Educação do Campo precisa partir da consideração do campo como um espaço de vida e de direitos (Caldart, 2010; 2024). Isso implica em compromissos profissionais e políticos, que perpassam pelas práticas e intencionalidades pedagógicas, pelos conteúdos e pelo aparato didático-pedagógico. O Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) determina que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]” (Brasil, 1996). Desse modo, os conteúdos e as metodologias devem ser apropriados aos modos de vida dos povos do campo, aos seus interesses e às suas necessidades, como ratificado pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002).

Nessa conjuntura, este estudo objetiva analisar as propostas de Letramento apresentadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa, utilizados em turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, em uma Escola do Campo de Bom Jesus da Lapa–BA, a partir do tensionamento de suas relações com os modos de vida dos povos do campo e de seus possíveis impactos nas identidades das/os estudantes camponesas/es. A análise dos livros buscou identificar propostas de Letramento, suas conexões ou desconexões com o contexto de sua utilização e referências ao campesinato e à Educação do Campo.

A relevância deste trabalho reside em sua pertinência científica e social, uma vez que a problematização dos recursos didático-pedagógicos empregados na Educação do Campo apresentam não apenas implicações educacionais, mas também, contributos concretos para a problematização dos contextos e fenômenos que, todavia, marcam, obstam, potencializam ou impedem sua efetivação. Desse modo, ao discutir as propostas de Letramento presentes nos livros analisados, este estudo tensiona também, as formas como a Educação do Campo tem sido concretizada nas escolas públicas brasileiras, em especial no contexto em que os recursos supracitados são difundidos – uma comunidade rural de Bom Jesus da Lapa – BA.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como um Estudo de Caso (Yin, 2015), de Abordagem Qualitativa (Minayo; Souza, 2018), materializado por meio de uma Pesquisa Documental (Gil, 2008). Para tanto, foi realizada a análise dos livros didáticos de Língua Portuguesa, da Coleção “A Conquista”, da

Editora FTD, destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental e utilizados em uma Escola do Campo, do município de Bom Jesus da Lapa – BA. A análise buscou identificar propostas de Alfabetização e Letramento contidas nos livros, atentando para questões como a pertinência dos textos e das atividades no contexto da Educação do Campo e tensionando as possíveis implicações desses conteúdos nos processos identitários das/os estudantes camponesas/es.

Este Estudo de Caso parte das especificidades do contexto para problematizar o fenômeno a nível mais amplo, visto que os livros analisados são também empregados em outros contextos (Escolas do Campo ou não, que estão localizadas em diferentes estados e regiões do Brasil). O Estudo de Caso foi direcionado pela perspectiva de Yin (2015), que o concebe como um tipo de pesquisa indicado para a análise aprofundada, a partir do enfoque nas singularidades de um tema, contexto, fenômeno, sociedade ou organização. Esta pesquisa dialoga com os pressupostos apresentados por Yin (2015), ao se concentrar na discussão das características singulares do fenômeno estudado: as práticas de Letramento propostas nos livros analisados e suas relações com o contexto em que estes estão inseridos. Nessa perspectiva, este trabalho centraliza a discussão das especificidades do fenômeno abordado, em concomitância à sua problematização em uma perspectiva ampla, discutindo, além das suas possíveis implicações práticas, as dinâmicas e os processos potencialmente relacionados à sua gênese e à sua continuidade.

A análise dos livros didáticos se ampara nos fundamentos da Pesquisa Documental, a partir dos apontamentos de Gil (2008), que a apresenta como uma estratégia valiosa para a compreensão dos fenômenos que marcam a vida humana. Conforme o autor, essa modalidade de pesquisa possibilita a análise de documentos cujas informações possam subsidiar reflexões e debates. Nessa perspectiva, os livros analisados possibilitam o tensionamento de seus possíveis impactos nos processos de Letramento e de Construção Identitária de crianças camponesas. A partir da análise dos livros, este texto problematiza a homogeneização dos processos educativos, que tendem a valorizar um “Paradigma Urbano da Educação” (Arroyo, 2007), em detrimento de práticas plurais que abarquem as singularidades de cada contexto educacional.

Os livros foram analisados à luz dos pressupostos da Análise de Conteúdo, formulada por Laurence Bardin (2016). Desse modo, o processo foi dividido em três etapas: a Pré-análise, com a leitura inicial; a Análise, com a seleção e a problematização dos achados; e, a formulação de hipóteses e inferências, realizada mediante à contextualização dos resultados e o confronto com o referencial teórico pertinente.

Ademais, este estudo foi orientado por uma Abordagem Qualitativa que, em consonância com a perspectiva de Minayo e Costa (2018), possibilitou a reflexão em uma perspectiva ampla e comprometida com a discussão dos resultados a partir de sua problematização e de sua contextualização.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os anos iniciais do Ensino Fundamental são um importante espaço/tempo de contato com práticas escolares de Alfabetização e Letramento, no qual as/os estudantes têm (ou deveriam ter) acesso a textos que dialoguem com suas necessidades, com seus anseios e gostos. Conforme Kramer (2001), as práticas de leitura precisam ser significativas, contextualizadas e com possibilidade



de usos sociais. Nesse sentido, as propostas de leitura devem possibilitar à/ao estudante a reflexão sobre o que está sendo lido. O texto precisa fazer sentido, para que seja considerado relevante pelas/os estudantes. Todavia, nas escolas brasileiras, imperam práticas de leitura e escrita que pouco acrescentam à formação desses sujeitos, nas quais prevalecem abordagens rasas e pouco conectadas à realidade dos diferentes contextos socioeducativos – como as Escolas do Campo e as comunidades por elas atendidas.

Ademais, é preciso salientar as diferenças entre a leitura com viés meramente “alfabetizador” e a leitura crítica, que promove o Letramento. Para Soares (2017, p. 97), a “[...] alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais”. Desse modo, o fomento à leitura e à escrita deve ocorrer em concomitância à problematização do texto lido, num exercício de prática e reflexão. Em consonância, Freire (2008) argumenta que a leitura da palavra deve estar conectada à leitura de mundo, de modo que não basta decodificar um texto; é preciso interpretá-lo, compreendê-lo e situá-lo no contexto social e educacional de cada estudante.

Ao reconhecer o Letramento como um processo fundamental para a formação das/os estudantes, compreende-se que sua construção oportuniza aos sujeitos a ampliação da habilidade interpretativa dos fenômenos sociais que permeiam sua realidade. Esse processo ocorre por meio de práticas que envolvem interpretação, reflexão e análise crítica de situações concretas do contexto social em que estão inseridos. Diante disso, evidencia-se a necessidade de estimular, desde os primeiros anos de escolarização, o desenvolvimento dessa competência nas crianças, com o objetivo de contribuir para sua formação plena, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Sob esse prisma, os currículos escolares, as práticas pedagógicas e os aparatos didático-pedagógicos deveriam, em tese, propiciar a construção e a prática de ações de Letramento, que, além da Alfabetização, da leitura e da escrita, estimulem a formação crítica das/os estudantes. Porém, essa utopia nem sempre se concretiza. A despeito do que pregam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002), que preveem em seu Art. 15 a necessidade de adequação do recursos financeiros repassados às escolas do campo, com vistas a atender “Ilhas especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios [...]”, o que é observável, todavia, é a persistência de uma lógica homogeneizante, pautada sobretudo no “Paradigma Urbano da Educação” (Arroyo, 2007) e que se concretiza, dentre outras maneiras, na adoção de livros didáticos que não refletem as especificidades das comunidades camponesas.

De acordo com Freire (2008), para refletir criticamente sobre um texto é necessário ir além da leitura das palavras, o que exige que o leitor seja capaz de analisar e relacionar o conteúdo ao seu contexto social e histórico. Nesse sentido, visando refletir sobre como as práticas de Letramento são propostas pelos materiais didáticos que dão suporte ao trabalho pedagógico, bem como identificar se existem referências às identidades dos povos do Campo nas sugestões de atividades e conteúdos, foi realizada a análise dos livros de Língua Portuguesa do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental utilizados por uma Escola do Campo, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa, BA.

O material analisado integra a coleção “A Conquista”, produzida pela Editora FTD e distribuída às instituições de ensino por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD – 2023).

A análise do conteúdo presente no objeto deste estudo evidenciou que existe certa fragilidade nas propostas de Letramento oferecidas aos/às estudantes, visto que são poucas as atividades que proporcionam o desenvolvimento desse conhecimento. Nos livros analisados, são os exercícios de interpretação de texto que possibilitam refletir, de maneira superficial, sobre algumas questões, a partir de situações fictícias e pouco conectadas à realidade do Campo – contexto que interfere na interpretação dos fatos, impedindo, muitas vezes, que possam ser relacionados com a prática cotidiana das/os estudantes. Além disso, nota-se que esse tipo de atividade dificilmente é abordado pelos materiais didáticos, e quando mencionado, aparece de forma descontextualizada, implicando no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo quando as especificidades presentes no cenário camponês não são consideradas.

No livro do 1º ano, nota-se que a ênfase dos exercícios recai sobre a memorização do alfabeto, de modo que aprender a ler e escrever parece ser o principal objetivo de aprendizagem para essa etapa da educação escolar, não havendo relação entre esses conteúdos e os contextos sociais locais. Essa configuração pode implicar negativamente no desenvolvimento da criticidade das crianças, no processo de construção de conhecimento de mundo e reflexão sobre como os saberes produzidos no âmbito escolar podem contribuir com a interpretação e a análise dos fenômenos que compõem o cenário social.

Conforme Soares (2017), é fundamental que a Alfabetização e o Letramento caminhem juntos, para que, ao mesmo tempo, em que se aprende a ler e escrever, seja possível interpretar e refletir sobre a realidade, relacionando conhecimento científico e problemas sociais, de forma que tais saberes sejam utilizados na resolução, ou ao menos na minimização, dessas questões que prejudicam parcelas da população. Entretanto, no primeiro livro analisado, esses dois processos de ensino-aprendizagem, que precisam estar associados para garantir o pleno desenvolvimento das/os estudantes, não são apresentados/compreendidos com o mesmo grau de importância, prevalecendo atividades meramente “alfabetizadoras” – talvez por a Alfabetização ainda ser entendida por grande parcela da sociedade como o principal objetivo de aprendizagem das crianças no 1º ano.

A análise do livro didático utilizado pelos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental revelou a utilização de muitos gêneros textuais que aparentam ter como finalidade principal o aperfeiçoamento do potencial de leitura e interpretação das/os estudantes. Quando efetivada de forma crítica, a utilização dessas atividades pedagógicas oportuniza o desenvolvimento das habilidades interpretativas, tornando-se um processo essencial para o ensino-aprendizagem e para o aprimoramento dessa capacidade cognitiva.

Entretanto, é importante destacar que os textos utilizados na obra, apesar de proporem a reflexão das informações, tem baixo potencial de promoção da ampliação do senso crítico e da utilização dos conhecimentos construídos na prática social, visto que não existe relação direta entre os conteúdos e as especificidades presentes na comunidade escolar e no Campo. Além disso, para que esses textos se configurem como materiais que possibilitem o processo de Letramento, poderiam explicar de maneira mais objetiva quais as finalidades e contribuições desses tipos de textos para a aprendizagem, propondo que as/os próprias/os estudantes tivessem a oportunidade



de escrever e refletir sobre os gêneros, não sendo utilizados como “meros” instrumentos de leitura. Essa passividade atribuída aos/às estudantes tende a priorizar práticas “alfabetizadoras”, que, desprovidas de contextualização e ação ativa, dificultam o desenvolvimento da criticidade e da interpretação de mundo.

Nesse livro, as leituras estão constantemente relacionadas a contextos fictícios e fantasiosos, e refletem questões socialmente enraizadas, como a falácia de que temas sociais considerados “difíceis” ou “inapropriados” não devem ser apresentados às crianças, apropriando-se de discursos que remetem à pseudoproteção desses sujeitos, restringindo suas atividades de leitura e interpretação a histórias imaginárias. Tal postura desconsidera que as crianças têm capacidade de refletir sobre contextos “complexos”, desde que mediadas por práticas pedagógicas adequadas à sua linguagem e à sua perspectiva já concebida sobre sua realidade e o contexto social em que estão inseridas.

Esse cenário social e educacional interfere no processo de desenvolvimento intelectual e crítico dos sujeitos, dificulta o reconhecimento da realidade do seu meio de vivência e faz com que se tornem vulneráveis a problemas sociais, devido à falta de conhecimentos que poderiam ter sido mediados pela educação escolar por meio da integração entre Alfabetização e Letramento, desde os primeiros anos da Educação Básica. De acordo com Soares e Batista (2005, p. 50), “[...] para corresponder adequadamente às características e demandas da sociedade atual, é necessário que as pessoas sejam alfabetizadas e letradas”. Assim, não basta oferecer aos/às estudantes somente atividades que promovam a Alfabetização, é fundamental que estas sejam oferecidas em concomitância a práticas de Letramento, visando que, por meio da integração entre esses conhecimentos, elas/es não se tornem sujeitos à margem da sociedade.

Em dois momentos distintos, o livro do 2º ano, de forma breve e superficial, aborda a “Cantiga Popular” e a “Diversidade Cultural”. A primeira abordagem visa principalmente à participação da família e da comunidade para a construção de conhecimentos ligados a esses saberes, que, muitas vezes, estão relacionados a culturas e tradições passadas de geração em geração. Já a segunda atividade, evidencia a infinidade de culturas presentes na sociedade brasileira e a importância de respeito e valorização destas. Ambas as discussões são fundamentais durante o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, esse material considerado como recurso de apoio à aprendizagem não fornece suporte suficiente e adequado para discussões mais aprofundadas, haja vista que os assuntos abordados aparecem “soltos” e de maneira descontextualizada, impactando no modo como esses temas serão trabalhados e até mesmo como serão compreendidos pelas/os estudantes.

O livro do 3º ano propõe um debate importante sobre o uso do celular no contexto atual. A atividade traz como abordagem a discussão sobre a atitude de um “Miquinho” (Mico-leão), que utiliza o celular da mãe “às escondidas” para passar de fase no seu jogo favorito. O exercício incentiva positivamente as/os estudantes a apresentarem suas opiniões sobre o objeto de debate, a fim de convencer as/os colegas por meio de suas argumentações críticas. Exercícios como esse, quando oportunizam um espaço de participação ativa, em que os estudantes emitem suas opiniões, promovem o crescimento individual e coletivo—além de, indiretamente, promoverem discussões sobre cidadania, equidade, direitos e deveres.

Apesar dessa abordagem educacional ser significativa para o ensino-aprendizagem, a ausência de referências às questões sociais do Campo prejudica o processo de Letramento das/os estudantes, visto que os conteúdos e atividades apresentados a elas/es são descontextualizados e não promovem uma relação com seu espaço de vivência. Além disso, para proporcionar às crianças a construção de saberes relacionados a questões sociais mais amplas, ligadas ao “mundo”, é necessário o conhecimento inicial das “partes”, principalmente de sua própria realidade, visando que a compreensão do “todo” se torne menos complexa e sobretudo mais significativa. Nesse sentido, pautar nos debates escolares assuntos relacionados ao contexto social do Campo possui um maior potencial de contribuir com a promoção da autonomia, do exercício pleno da cidadania e da participação ativa nas decisões que demandam reflexões sobre determinado fenômeno social.

Esse mesmo material traz ainda algumas situações descontextualizadas, propondo discussões sobre esculturas no Chile. Embora o estudo sobre esses artefatos amplie o conhecimento de mundo, para crianças que estão em processo de construção identitária, é essencial o contato com representações locais que reforcem o sentimento de pertencimento. Estudar situações distantes de sua realidade não viabiliza o processo de pertencimento social do ambiente em que estão inseridos/as, sobretudo quando se trata do Campo – já que é comum ouvir pessoas dizerem que sempre estudaram em instituições camponesas, mas que não se reconheciam como sujeitos do Campo. Esses relatos ocorrem justamente pela falta de representatividade, uma vez que a linguagem não está dissociada da realidade, ao contrário, elas se completam e potencializam meios de transformação social (Freire, 2008). Sob esse prisma, é mister a realização de atividades que tratem da realidade local, buscando conectar o conteúdo proposto pelo currículo educacional ao contexto social do sujeito, de modo a proporcionar saberes que contribuam para o posicionamento crítico, a valorização e o reconhecimento identitário.

Assim como os volumes citados anteriormente, o livro didático do 4º ano prioriza, na maioria das vezes, conteúdos e atividades típicos da Alfabetização. Observa-se, no material, uma ênfase recorrente na aprendizagem pautada principalmente pelas regras formais da língua, conforme estabelecido pela disciplina de Língua Portuguesa. Obviamente, este estudo não desconsidera nem minimiza a importância do ensino da gramática normativa ou da “norma padrão” da língua. Essa dimensão do Ensino de Língua Portuguesa é fundamental, inclusive para o alcance de espaços de exercício da cidadania, para a continuidade dos processos educacionais formais e para o acesso ao mundo do trabalho e aos espaços acadêmicos. Porém, deve vir acompanhada de reflexões em torno de suas implicações práticas, de sua contextualização e da problematização de temas a ela relacionados, como a diversidade cultural e o preconceito linguístico.

Ademais, é preciso destacar que tais conteúdos poderiam fazer muito mais sentido para os/as estudantes, se fossem apresentados de forma contextualizada, vinculando-se à realidade cotidiana. Nesse sentido, como afirmam Cartaxo e Scos (2021, p. 17): “[...] o movimento de pensar criticamente constrói novas formas de organização social e da relação com o conhecimento, pois a base do conhecimento passa a ser a ação prática que os sujeitos realizam de forma crítica, refletindo e organizando sua visão de mundo.”

Quando as instituições educacionais, por meio das atividades e conteúdos, amparadas ou não pelos materiais pedagógicos que dão suporte à aprendizagem, proporcionam aos/às estu-



dantes reflexões essenciais para transformar o conhecimento em algo significativo, são capazes de gerar mudanças na forma como elas/es interpretam a sociedade e os fenômenos à sua volta. Assim, mesmo estando associados, “letrar” é um processo muito mais complexo que “alfabetizar”, pois pressupõe a compreensão mais ampla e a participação efetiva no/do meio social circundante.

Por fim, no livro do 5º ano, identifica-se uma proposta pedagógica que propõe a articulação entre conteúdos linguísticos e transversais. O material didático utiliza um texto que discute a puberdade, visando, de forma estratégica, articular o ensino da gramática e da norma padrão com a importância de meninos e meninas conhecerem o próprio corpo. Essa abordagem transdisciplinar demonstra a possibilidade de utilização de contextos reais para a compreensão de conteúdos propostos pelo currículo, de modo que, ao mesmo tempo em que é estudado sobre a perspectiva educativa trazida pela disciplina em questão, é aprendido também sobre a sociedade e sua própria realidade, por meio da ampliação de informações oferecidas pelo livro.

Diante disso, do mesmo modo que esse material pode ser trabalhado a fim de promover o conhecimento transdisciplinar, onde perspectivas distintas foram propostas de maneira integrada para promover a construção de conhecimentos, as questões sociais presentes na perspectiva da Educação do Campo, suas especificidades e a promoção da valorização do sujeito desse espaço, precisam ser implementadas nas abordagens dos materiais didáticos, observando a “[...] especificidade do ensino em uma perspectiva de alfabetizar letrando” (Cartaxo e Scos, 2021, p.18).

Segundo Soares e Batista (2005, p. 50) “O conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidas no uso da língua em práticas sociais é necessário para uma participação ativa e competente na cultura escrita”. Assim, é necessário que a aprendizagem por meio da leitura e escrita contribua para a interpretação dos diferentes contextos e fenômenos cotidianos, visando que a formação acadêmica não seja proposta pelas instituições escolares somente para atingir metas educacionais, mas que, por meio desse conhecimento, elas/es sejam capazes de refletir sobre aspectos sociais que exigem posicionamentos críticos e conscientes diante do meio em que estão inseridos.

Nessa conjuntura, as práticas de Alfabetização e Letramento em Escolas do Campo precisam oportunizar a problematização do que está sendo lido/escrito/interpretado. Não basta que as/os estudantes aprendam a ler, a escrever e a extrair informações de um texto; é necessário que esses sujeitos o problematizem, o situem em seu contexto sócio-histórico e o relacionem com seus modos de vida e com suas existências e resistências no Campo. A não observância desses processos pode culminar em leituras e escritas rasas, sem sentido e sem condições de promover a superação das desigualdades que marcam a vida dos povos camponeses.

Além da falta de representatividade e dos estereótipos sobre o Campo, outros contextos e espaços foram apresentados no livro do 5º ano a partir de perspectivas caricaturais. Um exemplo disso é a Região Nordeste. Historicamente retratado como um lugar de atrasos, essa região do Brasil é mostrada no livro a partir de memes e piadas, que cristalizam ideias pejorativas em uma suposta comicidade. Nesse contexto, destaca-se, nesse livro didático, representações e cenários de preconceitos que podem interferir nos processos de construção identitária e no sentimento de pertença, a partir de visões distorcidas e enviesadas sobre essa região brasileira.

Os recursos didático-pedagógicos tendem a refletir não apenas as intencionalidades de quem os concebe, mas também o compromisso de quem os utiliza. Azambuja (2017) destaca que o livro didático, por exemplo, tem seus impactos influenciados pelos usos feitos pelas/os professoras/es. Segundo o autor, esse recurso didático tende a ser utilizado em duas perspectivas diferentes: como orientador das abordagens ou como um modelo único a ser seguido. A primeira perspectiva possibilita que o livro seja utilizado como um suporte, enquanto a segunda o transforma num padrão rígido e imutável. Frente a esse cenário, é fundamental que as/os educadoras/es posicionem-se criticamente e reflitam sobre como o uso desse recurso impacta em suas práticas e quais os possíveis efeitos desse processo na aprendizagem e no desenvolvimento das/os estudantes. No contexto da Educação do Campo, o uso do livro didático demanda uma atenção ainda maior.

Historicamente, o currículo escolar e os aparatos a ele ligados foram utilizados como mecanismos de exclusão social, de negação do direito ao conhecimento e de opressão de grupos marginalizados (Silva, 2005). Os conhecimentos apresentados pelas propostas, projetos e produtos curriculares tendem a valorizar um conhecimento hegemônico e eurocêntrico, que deturpa os modos de vida das populações ditas “minoritárias” e que reverbera nas identidades das/os estudantes, em sua visão sobre sua origem e em suas perspectivas de futuro.

Os livros didáticos analisados não proporcionam meios de associação entre os saberes acadêmicos e os contextos camponeses. Não há referências ao campesinato nem às identidades dos povos do Campo, dificultando ainda mais o processo de Letramento das/os estudantes, sobretudo nas situações em que as atividades de interpretação são descontextualizadas. Essa lacuna pode resultar em efeitos concretos nos processos formativos das crianças, reverberando não apenas em suas competências educacionais, mas, também, em suas identidades.

A escola na qual os livros são utilizados está situada em uma comunidade camponesa de Bom Jesus da Lapa – BA. Porém, não há nenhuma menção a esta cidade, nem muito menos à comunidade. Isso já era esperado, em decorrência da padronização dos livros didáticos, que costumam ser utilizados em diferentes estados e regiões. Esses aparatos didático-pedagógicos tendem a priorizar abordagens generalistas e genéricas, a partir da homogeneização cultural e de citações descontextualizadas a culturas e povos historicamente marginalizados. Essa conjuntura pode refletir nos processos educativos das/os estudantes camponesas/es, e se configura como um descumprimento do que está disposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002).

A Educação do Campo surgiu como fruto das lutas dos povos camponeses por processos educativos que contemplassem as suas especificidades. Essa modalidade reflete os anseios, projetos e compromissos políticos de movimentos sociais e grupos historicamente marginalizados e exige da comunidade escolar o comprometimento com a efetivação de uma educação emancipatória.

Como destacado por Caldart (2010; 2024), o Campo é um lugar de vida, e precisa ser entendido e representado como tal. Quando, nos espaços educativos, prevalecem abordagens influenciadas por um “Paradigma Urbano de Educação”, como denunciado por Arroyo (2007), os sujeitos camponeses tendem a experienciar uma escolarização potencialmente traumática, sem relação com seus contextos de existência e com possíveis efeitos práticos – educacionais e identitários. Ademais, a prevalência da “Alfabetização” em detrimento do “Letramento”, evidenciada na análise



dos livros didáticos, pode contribuir para a perpetuação das desigualdades sociais existentes, pois indica um estado de precarização da educação em comunidades camponesas.

Nesse contexto de não valorização das identidades e dos modos de vida dos povos camponeses e de descontextualização dos processos educativos, pode haver prejuízos no que se refere ao desenvolvimento crítico dos sujeitos, visto que a superficialidade no atendimento ao Letramento das crianças implica no não aprimoramento intelectual, o que reverbera em suas leituras de mundo (Freire, 2008). Esse panorama torna-se ainda mais sensível diante da ausência de reconhecimento da identidade camponesa e do que ela representa para a formação das/os estudantes – um local de especificidades que deve ser considerado nos processos educativos, para que este faça sentido para as crianças do Campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as propostas de Letramento apresentadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa, utilizados em turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, em uma Escola do Campo de Bom Jesus da Lapa – BA, a partir do tensionamento das conexões ou desconexões dos conteúdos e atividades com a realidade dos povos do Campo e de reflexões sobre seus possíveis impactos nas identidades das crianças camponesas. Por meio da análise, evidenciou-se a existência de falhas significativas no objeto de estudo, principalmente relacionadas à predominância de práticas alfabetizadoras, genéricas e sem a necessária problematização dos fenômenos que marcam as vidas das/estudantes.

As práticas de Letramento propostas pelos livros didáticos de Língua Portuguesa analisados neste estudo são ainda insuficientes e abordam, parcialmente, a perspectiva de desenvolvimento do senso crítico das/os estudantes. Essa limitação revela a necessidade de ampliar tais práticas, de modo a favorecer a construção de uma postura reflexiva diante da realidade social e o desenvolvimento da capacidade de problematizar questões sociais, por meio da interpretação crítica dos fatos, articulando conhecimentos escolares às experiências vividas no seu contexto.

Os livros analisados priorizam a Alfabetização e apresentam atividades cuja finalidade principal é domínio da leitura e da escrita, sem grandes estímulos à criticidade e à leitura de mundo. Essa conjuntura sinaliza entraves relevantes que evidenciam a manutenção de processos históricos de precarização da educação em comunidades marginalizadas, a partir da oferta de processos educativos descontextualizados, sem implicação prática com os anseios e as realidades dos estudantes.

No que versa à representação e à aproximação com as questões sociais do Campo, identificam-se lacunas relevantes nos materiais didáticos, as quais precisam ser superadas, a fim de assegurar aos/às estudantes o reconhecimento de suas individualidades e do seu pertencimento sociocultural. É fundamental que os livros didáticos contemplem representações camponesas que contribuam para o fortalecimento da identidade dos sujeitos do Campo, oferecendo referências que os inspirem a se reconhecerem como sujeitos de direitos e que valorizem os conhecimentos socialmente construídos. Além disso, é urgente que atividades que apontem preconceitos de qualquer natureza sejam excluídas de quaisquer materiais didáticos ou de apoio à aprendizagem, visto que exercícios com abordagens discriminatórias, como as que aparecem no livro do 5º ano, tendem

a contribuir para a manutenção de estereótipos sobre a Região Nordeste, além de prejudicar o ideal de pertencimento e identidade desses sujeitos.

Sob esse prisma, é imprescindível que novas possibilidades de práticas de Letramento sejam incorporadas aos materiais didáticos, estabelecendo vínculos concretos com o contexto camponês. Tal abordagem contribuirá para que os/as estudantes do Campo desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica do meio social em que estão inseridos, valorizando sua realidade e construindo, a partir dela, sua própria identidade social, reconhecendo-a como processo essencial para a evolução enquanto sujeito e sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. Cedes**, vol. 27, n. 72, maio/ago. Campinas, 2007. p. 157-176. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFc-g6sLYJhwG/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O Livro Didático e o ensino de Geografia: qual livro? In. TONINI, Ivani Maria. *et. al.* **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para a aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: notas para análise de percurso Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico. Coleção Cadernos Temáticos. Santa Maria da Boa Vista, PE, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico: *Rural Education 25 years: political-pedagogical legacy*. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 33, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788>. Acesso em: 10 set. 2025.

CARTAXO, Simone Regina Manosso; SCOS, Josemary. Prática pedagógica de professoras alfabetizadoras iniciantes: processos de produção e contribuições para a formação. **Educação & Formação**, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/3434/3959>. Acesso em: 06 set. 2025.



FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 49^o ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso. 1 ed. São Paulo. Editora África, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/349/34958005002/34958005002.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. In: INFORSATO, Edson do Carmo; COELHO, Sônia Maria (Orgs.). **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Unesp; Univesp.-São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2017. 266p.

SOARES, Magda; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, p. 64, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Como citar – ABNT

SOUZA, Gleiciene Moreira de; COELHO, Iure Dourado; MOREIRA, Edna Souza. Alfabetização, Letramento e Identidade Camponesa em Livros Didáticos de Língua Portuguesa. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025025, Dezembro, 2025. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75130>

Como citar – APA

Souza, G. M. de., Coelho, I. D., & Moreira, E. S. (2025). Alfabetização, Letramento e Identidade Camponesa em Livros Didáticos de Língua Portuguesa. *Revista Poiesis Pedagógica*, 23, e2025025. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75130>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 14 de agosto de 2025.

Aprovado: 22 de novembro de 2025.

Publicado: 26 de dezembro de 2025.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Introdução ou Considerações iniciais:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Referencial teórico:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Metodologia:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Análise de dados:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Discussão dos resultados:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Conclusão ou Considerações finais:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Referências:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Revisão do manuscrito:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira; **Aprovação da versão final publicada:** Gleiciene Moreira de Souza, Iure Dourado Coelho, Edna Souza Moreira.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

**Licença de uso**

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

**Verificação de Similaridade**

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.

**Processo de avaliação**

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

**Publisher**

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

